

# MAUÁ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÁ - SÃO PAULO

## Professor Educação Básica I – PEB I

**EDITAL DE ABERTURA – PROCESSO SELETIVO Nº  
01/2025**

CÓD: SL-020FV-25  
7908433270522

## Língua Portuguesa

1. Ortografia oficial .....	7
2. Acentuação gráfica.....	12
3. Flexão nominal e verbal.....	13
4. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.....	15
5. Emprego de tempos e modos verbais. Vozes do verbo .....	18
6. Concordância nominal e verbal .....	18
7. Regência nominal e verbal.....	20
8. Ocorrência de crase .....	22
9. Pontuação.....	23
10. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).....	25
11. Intelecção de texto .....	26

## Conhecimentos Pedagógicos e Legislação

1. O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual .....	35
2. A construção do conhecimento .....	36
3. Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem .....	37
4. O processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica.....	40
5. A avaliação da aprendizagem.....	41
6. Constituição da república federativa do brasil – artigo 5º, artigos 37 ao 41, 205 a 214 e 227 ao 229 .....	42
7. Estatuto da criança e do adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 .....	54
8. Lei federal nº. 9394, De 20/12/1996 - estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	93
9. Resolução cne/ceb nº. 02, De 11 de setembro de 2001 – institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.....	112
10. Resolução cne/ceb nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - fixa as diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil .	115
11. Resolução cne/cp nº 04/2010 – define diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica .....	117
12. Resolução cne/cp nº 02/2017 – institui e orienta a implantação da base nacional comum curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da educação básica.....	127

## Bibliografia

1. Almeida, geraldo peçanha de. Neurociência e sequência didática para a educação infantil. Livro certo, 2012.....	137
2. Bacich, I.; Moran, j. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico prática. Porto alegre: penso, 2017 .....	138
3. Brasil. Ministério da educação. Campos de experiências: efetivando direitos e aprendizagens na educação infantil. São paulo: fundação santillana,2018.....	138
4. Edward, carolyn; gandini, lella; forman, george. As cem linguagens da criança. Volume 1: a abordagem de reggio emilia na educação, porto alegre: penso, 2015.....	139
5. Forneiro, I.I. – A organização dos espaços na educação infantil. In. Zabala, m.A. – Qualidade em educação infantil. Porto alegre: artmed, 1998.....	140
6. Lerner, delia — a matemática na escola: aqui e agora. 1ª ed. Artmed, 1995 .....	141
7. Lerner, delia — ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. 1ª ed. Artmed, 2002 .....	142

8. Luckesi, cipriano carlos — avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22ª ed. São paulo: cortez, 2011..	142
9. Mantoan, maria teresa eglér. Abrindo as escolas às diferenças, capítulo 5, in: mantoan, maria teresa eglér (org.) Pensando e fazendo educação de qualidade. São paulo: moderna, 2001.....	143
10. Moran, j. Educação híbrida: um conceito chave para a educação, hoje. Texto publicado no livro ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação, organizado por bacich, tanzi & trevisani – porto alegre: penso, 2015.....	144
11. Solé, isabel — estratégias de leitura. 6ª ed. Penso, s.D .....	145
12. Weisz, telma — o diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª ed. Ática, 2000.....	148
13. Zabala, a. – A prática educativa: como ensinar. Porto alegre: artmed, 1998.....	148

## Conhecimentos Específicos

### Professor Educação Básica I – PEB I

1. MEC – Base Nacional Curricular Comum – Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil, campos de experiências, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil, transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica, competências específicas de Linguagens, Língua Portuguesa Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e História .....	149
2. Língua portuguesa: leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) .....	191
3. Alfabetização e letramento.....	191
4. Gêneros textuais .....	193
5. Descritores e ensino de língua portuguesa.....	201
6. Discussão, narração e dissertação .....	202
7. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.....	203
8. Concordância verbal e nominal .....	205
9. Regência verbal e nominal.....	205
10. Colocação pronominal .....	206
11. Crase .....	206
12. Matemática: operações com números reais.....	206
13. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum.....	208
14. Razão e proporção .....	209
15. Porcentagem. Regra de três simples e composta .....	210
16. Média aritmética simples e ponderada .....	213
17. Juro simples .....	214
18. Equação do 1.º e 2.º graus.....	214
19. Sistema de equações do 1.º grau.....	217
20. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos .....	218
21. Sistemas de medidas usuais .....	221
22. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de pitágoras .....	225
23. Resolução de situações-problema .....	234
24. Atualidades: questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir do primeiro semestre de 2024, divulgados na mídia local e/ou nacional .....	237

# LÍNGUA PORTUGUESA

## ORTOGRAFIA OFICIAL

A ortografia oficial da língua portuguesa trata das regras que orientam a escrita correta das palavras, garantindo a padronização e a clareza na comunicação. Essas normas são fundamentais para a uniformidade da língua escrita, tanto em contextos formais quanto informais. Ao longo do tempo, o português passou por diversas reformas ortográficas, sendo a mais recente o Novo Acordo Ortográfico, que trouxe algumas mudanças na grafia de palavras e na inclusão de certas letras no alfabeto oficial.

Aprender a ortografia correta de uma língua exige prática, e a leitura é uma das ferramentas mais eficazes para alcançar esse objetivo. A leitura regular não apenas amplia o vocabulário, mas também auxilia na memorização das grafias, uma vez que expõe o leitor a diferentes padrões e contextos. No entanto, apesar da existência de regras claras, a ortografia do português é repleta de exceções, exigindo atenção redobrada dos falantes.

Neste texto, serão abordadas as principais regras ortográficas do português, com destaque para dúvidas comuns entre os falantes. Desde o uso das letras do alfabeto até as regras para o emprego de X, S e Z, veremos como essas normas são aplicadas e quais são os erros mais frequentes. Além disso, exploraremos a distinção entre parônimos e homônimos, palavras que, por sua semelhança gráfica ou sonora, costumam causar confusão.

### — O Alfabeto na Língua Portuguesa

O alfabeto da língua portuguesa é composto por 26 letras, sendo que cada uma possui um som e uma função específica na formação de palavras. Essas letras estão divididas em dois grupos principais: vogais e consoantes. As vogais são cinco: A, E, I, O, U, enquanto as demais letras do alfabeto são classificadas como consoantes.

A principal função das vogais é servir de núcleo das sílabas, enquanto as consoantes têm a função de apoiar as vogais na formação de sílabas e palavras. Essa divisão permite uma vasta combinação de sons, o que torna o português uma língua rica e complexa em termos de fonologia e grafia.

### Inclusão das Letras K, W e Y

Com a implementação do Novo Acordo Ortográfico, assinado pelos países lusófonos em 1990 e efetivado em 2009, houve a reintrodução das letras K, W e Y no alfabeto oficial da língua portuguesa. Essas letras, que anteriormente eram consideradas estranhas ao alfabeto, passaram a ser aceitas oficialmente em determinadas circunstâncias específicas.

As letras K, W e Y são utilizadas em:

– **Nomes próprios estrangeiros:** Exemplo: Kátia, William, Yakov.

– **Abreviaturas e símbolos internacionais:** Exemplo: km (quilômetro), watts (W).

O objetivo dessa inclusão foi alinhar a ortografia portuguesa com o uso global dessas letras em contextos internacionais, especialmente para garantir a correta grafia de nomes e símbolos que fazem parte da cultura e ciência contemporâneas.

### Relevância do Alfabeto para a Ortografia

Compreender o alfabeto e suas características é o primeiro passo para dominar a ortografia oficial. A combinação correta das letras, assim como o reconhecimento dos sons que elas representam, é fundamental para escrever com precisão. A distinção entre vogais e consoantes e o uso adequado das letras adicionadas pelo Acordo Ortográfico são pilares essenciais para evitar erros na grafia de palavras.

A familiaridade com o alfabeto também ajuda a identificar casos de empréstimos linguísticos e termos estrangeiros que foram incorporados ao português, reforçando a necessidade de se adaptar às mudanças ortográficas que ocorrem com o tempo.

### Uso do “X”

O uso da letra “X” na língua portuguesa é uma das áreas que mais geram dúvidas devido à sua pronúncia variável e à multiplicidade de regras que regem sua grafia. Dependendo da palavra, o “X” pode assumir diferentes sons, como /ch/ (em “chave”), /ks/ (em “táxi”), /s/ (em “próximo”) ou até mesmo /z/ (em “exemplo”). Além disso, há regras específicas que ajudam a determinar quando se deve usar o “X” ao invés de outras letras, como o “CH”.

A seguir, serão apresentadas algumas regras e dicas práticas para o uso correto do “X” na ortografia portuguesa.

### Após as Sílabas “ME” e “EN”

Uma das principais regras de uso do “X” é sua ocorrência após as sílabas “me” e “en”, uma peculiaridade que se aplica a muitas palavras do português. Em casos como esses, o “X” deve ser utilizado em vez do “CH”.

#### Exemplos:

- Mexer (não “mecher”)
- Enxergar (não “encherger”)

### Após Ditongos

Outro caso comum de uso do “X” é após ditongos, que são encontros de duas vogais na mesma sílaba. Nessa situação, a letra “X” é empregada em vez de outras consoantes, como o “S” ou o “CH”.

#### Exemplos:

- Caixa (não “caicha”)
- Baixo (não “baicho”)

**– Palavras de Origem Indígena ou Africana**

O “X” também é utilizado em muitas palavras de origem indígena ou africana, refletindo a influência dessas culturas na formação do vocabulário da língua portuguesa. Esses termos foram incorporados ao idioma ao longo da colonização e preservam a grafia com “X”.

**Exemplos:**

- Abacaxi (fruto de origem indígena)
- Orixá (divindade de religiões de matriz africana)

**– Exceções e Particularidades**

Apesar dessas regras, o uso do “X” na língua portuguesa está cheio de exceções que não seguem um padrão claro, o que muitas vezes exige que o falante simplesmente memorize a grafia correta de certas palavras. Por exemplo, palavras como exceção, excluir e exame não seguem as regras gerais e precisam ser decoradas.

Uma maneira eficaz de evitar erros na escrita do “X” é observar o contexto em que ele aparece. As regras mencionadas anteriormente são úteis, mas em muitos casos, a leitura frequente e a exposição à língua são as melhores estratégias para memorizar a grafia correta. Além disso, é importante atentar-se às exceções que não seguem uma regra clara e que podem confundir o falante.

Dominar o uso do “X” é essencial para escrever de forma clara e correta, já que muitos erros comuns de ortografia envolvem justamente a confusão entre o “X” e outras letras que apresentam sons similares.

**Uso do “S” e “Z”**

O uso correto das letras “S” e “Z” na língua portuguesa pode gerar confusão, pois ambas podem produzir o som de /z/ em determinadas palavras. No entanto, há regras que orientam a escolha entre essas duas letras em diferentes contextos. A seguir, serão apresentadas algumas dessas regras para ajudar a diferenciar o uso do “S” e do “Z”.

**Uso do “S” com Som de “Z”**

A letra “S” pode assumir o som de /z/ em alguns casos específicos. Essas ocorrências, embora comuns, seguem regras claras que facilitam a sua identificação.

**a) Após Ditongos**

O “S” assume o som de /z/ quando aparece logo após um ditongo (encontro de duas vogais na mesma sílaba).

**Exemplos:**

- Coisa
- Maisena

**b) Palavras Derivadas de Outras com “S” na Palavra Primitiva**

Em palavras derivadas, se a palavra primitiva já contém a letra “S”, essa letra deve ser mantida na palavra derivada, mesmo que o som seja de /z/.

**Exemplo:**

- Casa → Casinha
- Análise → Analisador

c) Sufixos “ês” e “esa” Indicando Nacionalidade ou Título  
Nos sufixos “ês” e “esa”, usados para indicar nacionalidade, título ou origem, a letra “S” também pode ter o som de /z/.

**Exemplos:**

- Francês, portuguesa
- Marquês, duquesa

d) Sufixos Formadores de Adjetivos: “ense”, “oso” e “osa”  
Quando palavras formam adjetivos com os sufixos “ense”, “oso” e “osa”, a letra “S” também é utilizada com o som de /z/.

**Exemplos:**

- Paranaense, londrinense
- Preguiçoso, gloriosa

**– Uso do “Z”**

A letra “Z” tem regras bem definidas em relação à sua utilização, especialmente em radicais e sufixos de palavras.

**a) Em Palavras que Têm Radicais com “Z”**

O “Z” é mantido em palavras derivadas que possuem o radical ou a forma primitiva com essa letra. Isso ocorre principalmente em verbos e substantivos.

**Exemplos:**

- Feliz → Felicidade
- Realizar → Realização

**b) Verbos Terminados em “-izar”**

Os verbos terminados em “-izar” costumam ter sua forma baseada em substantivos ou adjetivos que não terminam com “S”, mas com “Z”. Essa regra é bastante comum na formação de verbos que indicam a ação de transformar algo.

**Exemplos:**

- Civilizar (de “civil”)
- Organizar (de “organização”)

**c) Palavras com Sufixos “-ez”, “-eza”**

Os sufixos “-ez” e “-eza”, que formam substantivos abstratos, também utilizam a letra “Z”.

**Exemplos:**

- Beleza
- Tristeza

**Diferenças Regionais e Exceções**

Embora existam regras claras para o uso do “S” e do “Z”, algumas palavras apresentam variações regionais ou são exceções às regras, o que exige memorização. Termos como analisar e paralisar, por exemplo, mantêm o “S” mesmo quando derivam de substantivos com “Z” (análise, paralisção), representando uma exceção à regra dos verbos terminados em “-izar”.

**Dicas para Evitar Confusões**

Para evitar erros frequentes no uso do “S” e do “Z”, é recomendável:

- Estudar e reconhecer as palavras que seguem as regras.
- Praticar a leitura regular, uma vez que isso ajuda na memorização da grafia correta.
- Prestar atenção ao radical das palavras, especialmente na formação de verbos e substantivos derivados.

Dominar o uso correto de “S” e “Z” é fundamental para escrever com precisão, já que essas letras estão presentes em muitas palavras da língua portuguesa, e pequenos erros podem mudar o significado das palavras ou comprometer a clareza da comunicação.

### Uso do “S”, “SS” e “Ç”

O uso correto das letras “S”, “SS” e “Ç” é um dos aspectos fundamentais da ortografia da língua portuguesa. Essas letras têm sons parecidos, mas sua aplicação obedece a regras específicas que, quando seguidas, ajudam a evitar erros na escrita. A seguir, veremos as principais orientações para o uso adequado de cada uma.

#### Uso do “S”

A letra “S” pode assumir sons diferentes, dependendo de sua posição dentro da palavra e das letras que a circundam. Ela pode ter som de /s/ (surdo) ou de /z/ (sonoro), e algumas regras ajudam a definir seu uso.

##### a) Entre Vogal e Consoante

Quando o “S” aparece entre uma vogal e uma consoante, seu som é surdo (como /s/), e ele é mantido nessa posição.

#### Exemplos:

- Diversão (entre e e n)
- Mansão (entre a e n)

##### b) No Início de Palavras ou Entre Consoantes

Quando o “S” está no início de palavras ou aparece entre consoantes, ele também tem som de /s/ e é escrito com uma única letra “S”.

#### Exemplos:

- Saúde (início da palavra)
- Perspectiva (entre consoantes)

##### c) Entre Duas Vogais

Quando o “S” aparece entre duas vogais, o mais comum é que ele tenha som de /z/ (som sonoro).

#### Exemplos:

- Casa (som de /z/ entre a e a)
- Rosa (som de /z/ entre o e a)

#### — Uso do “SS”

A dupla “SS” é utilizada para marcar o som surdo /s/ quando ele ocorre entre duas vogais. O “SS” é a forma que preserva o som de /s/ em palavras derivadas e compostas, diferenciando-se do uso de “S” simples, que teria o som de /z/ nesse contexto.

#### Exemplos:

- Processo
- Passagem

Uma regra importante é que o “SS” nunca é utilizado no início de palavras, sendo uma combinação exclusiva de vogais.

#### Exemplos:

- Missão
- Apressar

### Uso do “Ç”

O “Ç” (cedilha) sempre tem som de /s/ e só pode ser usado antes das vogais “A”, “O” e “U”. Ele é uma forma especial da letra “C” usada para representar o som de /s/ nessas condições. O “Ç” nunca aparece antes das vogais “E” e “I”, e, em vez dele, usa-se o “S” para produzir o mesmo som.

#### a) Uso em Palavras Estrangeiras Aportuguesadas

Muitas palavras de origem estrangeira que foram aportuguesadas utilizam o “Ç” para garantir a coerência com as regras ortográficas do português.

#### Exemplo:

- Muçarela (adaptado do italiano “mozzarella”)

#### b) Em Palavras Derivadas

Em palavras derivadas, o “Ç” é mantido quando ele já existe na palavra primitiva e é combinado com sufixos.

#### Exemplo:

- “Alcançar” → “Alcançável”
- “Começar” → “Recomeço”

#### — Regras Gerais e Exceções

Apesar de existirem regras claras para o uso do “S”, “SS” e “Ç”, há algumas exceções que precisam ser memorizadas. Um exemplo clássico é a palavra exceção, onde o “Ç” é usado sem seguir diretamente as regras aplicáveis à maior parte das palavras com cedilha.

Além disso, o uso do “Ç” pode variar em palavras que compartilham a mesma raiz com outros idiomas, especialmente em palavras de origem latina que foram modificadas na sua grafia ao longo do tempo.

#### Dicas para Evitar Erros

Para facilitar a memorização e evitar confusões, algumas dicas práticas podem ser úteis:

- Entre vogais, se o som for de /s/, usa-se “SS” (processo); se o som for de /z/, usa-se “S” (casa).
- O “Ç” nunca é utilizado antes das vogais “E” ou “I”.
- Se o som de /s/ aparecer antes de uma consoante, utiliza-se o “S” (diversão).

O uso de “S”, “SS” e “Ç” segue regras bem definidas, mas existem exceções que precisam ser memorizadas com a prática. A leitura constante é uma excelente ferramenta para familiarizar-se com essas regras e ampliar o vocabulário de palavras corretamente grafadas. Dominar esses conceitos é essencial para garantir clareza e precisão na comunicação escrita.

#### — Os Diferentes “Porquês”

A língua portuguesa apresenta quatro formas distintas para a palavra “porque”: por que, porque, por quê e porquê. Cada uma dessas formas tem uma função específica na frase, e seu uso incorreto é uma das principais dúvidas ortográficas dos falantes. A seguir, veremos as regras que determinam quando e como utilizar corretamente cada uma dessas formas.

**Por que**

A forma “por que” é uma combinação da preposição “por” com o pronome interrogativo ou relativo “que”. Ela pode aparecer em perguntas diretas ou indiretas e, em alguns casos, introduz orações subordinadas.

**a) Usado em Perguntas Diretas**

Quando está no início de uma pergunta direta, o “por que” tem o sentido de “por qual motivo” ou “por qual razão”. Nessa construção, ele não leva acento e costuma vir no início da frase interrogativa.

**Exemplos:**

- Por que você chegou tarde?
- Por que eles não vieram à reunião?

**b) Usado em Perguntas Indiretas**

Também pode ser utilizado em perguntas indiretas, que não contêm o sinal de interrogação, mas ainda indicam uma dúvida ou questionamento.

**Exemplos:**

- Quero saber por que ele se atrasou.
- Não entendo por que ela não respondeu.

**c) Usado com Pronomes Relativos**

Quando o “que” funciona como um pronome relativo, o “por que” pode ser usado para introduzir orações subordinadas, e nesse caso também significa “pelo qual” ou “pela qual”.

**Exemplo:**

- Esse é o motivo por que eu me preocupo tanto.

**Porque**

A forma “porque” é uma conjunção explicativa ou causal. Ela é utilizada para indicar a causa ou motivo de algo, conectando duas ideias de forma que a segunda explica a primeira. Diferente de “por que”, “porque” nunca é usado em perguntas, apenas em respostas ou justificativas.

**Exemplos:**

- Ele não veio porque estava doente.
- Fui embora cedo porque estava cansado.

Nesse contexto, a palavra “porque” pode ser substituída por “pois”, já que ambas expressam explicações ou razões.

**Por quê**

A forma “por quê” é usada em final de frases interrogativas, ou seja, em perguntas diretas quando o “que” aparece no final da oração. Nesse caso, o “que” recebe acento por estar em posição final e o uso mantém o sentido de “por qual motivo”.

**Exemplos:**

- Você está cansado, por quê?
- Ela saiu tão cedo, por quê?

Esse uso é exclusivo de frases interrogativas diretas e ocorre apenas quando o “quê” está antes de um sinal de pontuação, como interrogação, exclamação ou ponto final.

**Porquê**

A forma “porquê” é um substantivo e, como tal, vem sempre acompanhado de um artigo, numeral, pronome ou adjetivo, funcionando como qualquer outro substantivo comum. Ele significa “motivo” ou “razão” e deve sempre ser acentuado.

**Exemplos:**

- Não entendo o porquê de tanta confusão.
- Explique-me os porquês dessa decisão.

Uma dica útil para não errar o uso dessa forma é lembrar que ela pode ser substituída diretamente por “motivo”. Se a troca for possível, o correto é usar “porquê”.

**Exemplos:**

- Ela não me disse o porquê.  
(Ela não me disse o motivo.)
- Gostaria de saber os porquês dessa mudança.  
(Gostaria de saber os motivos.)

**Dicas Práticas**

- Se for uma pergunta direta ou indireta, use “por que”.
- Se estiver explicando algo ou dando uma justificativa, use “porque”.
- Se o “que” estiver no final de uma pergunta direta, use “por quê” com acento.
- Se puder substituir por “motivo”, use “porquê” (substantivo).

Compreender as diferentes formas do “porquê” é essencial para a escrita correta em português, pois o uso inadequado pode causar confusão e prejudicar a clareza da comunicação. Embora existam regras específicas, a prática da leitura e o exercício constante ajudam a fixar o emprego correto dessas palavras no dia a dia, garantindo uma comunicação mais clara e precisa.

**— Parônimos e Homônimos**

As palavras parônimas e homônimas representam dois fenômenos linguísticos que podem causar confusão tanto na escrita quanto na fala, devido à semelhança fonética ou gráfica que possuem. Embora parecidas, essas palavras têm significados completamente diferentes. A compreensão desses conceitos é essencial para evitar equívocos na comunicação, principalmente em textos formais e em concursos públicos.

**Parônimos**

Os parônimos são palavras que têm grafia e pronúncia semelhantes, mas significados distintos. Essa similaridade muitas vezes leva a erros na escolha da palavra correta, especialmente em contextos em que o uso preciso do vocabulário é necessário. Esses erros, além de alterarem o sentido do que se quer comunicar, podem prejudicar a clareza e a formalidade do texto.

**Exemplos de Parônimos:**

- Cumprimento (saudação) x Comprimento (extensão)
- Exemplo: O cumprimento do chefe foi cordial. / A mesa tem dois metros de comprimento.
- Tráfego (movimento de veículos) x Tráfico (comércio ilegal)

## O SISTEMA ESCOLAR BRASILEIRO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ATUAL

O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

### Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

#### Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

#### Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

### Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

#### Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);

- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.

#### Educação Superior

O ensino superior no Brasil é dividido em:

- Graduação (bacharelado, licenciatura e tecnólogo);
- Pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).

As universidades públicas e privadas seguem normas estabelecidas pelo MEC e são avaliadas por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

#### Modalidades de Ensino

Além das etapas regulares, a legislação prevê modalidades específicas para atender diferentes públicos:

#### Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Destinada a quem não teve acesso à educação na idade adequada, garantindo a alfabetização e certificação de ensino fundamental e médio.

#### Educação Especial

Atende pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

#### Educação Profissional e Tecnológica

Inclui cursos técnicos e tecnológicos voltados para a formação profissional, regulamentados pela Lei nº 11.741/2008.

#### Educação Indígena e Quilombola

Prevê o respeito às especificidades culturais e linguísticas das comunidades indígenas e quilombolas, garantindo ensino bilíngue e conteúdos contextualizados.

#### Organização Federativa e Financiamento da Educação

A educação no Brasil é responsabilidade da União, estados, municípios e Distrito Federal, conforme o artigo 211 da Constituição. O financiamento ocorre por meio de programas como:

- Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica);
- PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar);
- PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).

### Desafios e Perspectivas da Educação Brasileira

Apesar dos avanços legislativos, desafios persistem, como a evasão escolar, a valorização dos professores e a infraestrutura das escolas. O futuro da educação brasileira depende da implementação eficaz das políticas públicas e do cumprimento das metas do PNE.

## A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

A construção do conhecimento é um processo fundamental no campo da educação e das ciências cognitivas, relacionado à maneira como os indivíduos adquirem, organizam e integram novos saberes. Esse processo não envolve apenas a assimilação de informações passadas de forma mecânica, mas ocorre de maneira ativa e contínua, onde o sujeito participa ativamente da construção do seu aprendizado. Teóricos como Jean Piaget, Lev Vygotsky e Jerome Bruner ofereceram contribuições valiosas para a compreensão desse fenômeno, destacando a importância das interações entre o indivíduo, o meio social e os estímulos culturais na formação do conhecimento.

A construção do conhecimento depende de múltiplos fatores, incluindo a interação social, a experiência prévia e a mediação pedagógica, que devem ser cuidadosamente planejadas para promover uma aprendizagem significativa e duradoura. O conceito de construção é oposto à ideia de um ensino meramente passivo e linear, sugerindo que a aprendizagem ocorre por meio de reflexões, reorganizações mentais e adaptações.

### A Teoria de Jean Piaget: A Construção Cognitiva

Jean Piaget é um dos mais influentes teóricos sobre o desenvolvimento cognitivo. Para ele, a construção do conhecimento ocorre por meio de um processo ativo, em que o indivíduo reorganiza mentalmente as informações com base em suas interações com o ambiente. Piaget descreveu o processo de construção do conhecimento como sendo composto por dois mecanismos fundamentais:

- **Assimilação:** Quando o indivíduo incorpora novas informações ao que já sabe, sem alterar significativamente suas estruturas cognitivas. Por exemplo, uma criança que já conhece o conceito de "gato" pode assimilar o conhecimento sobre novos tipos de gatos que encontrar.

- **Acomodação:** Quando novas informações desafiam o que o indivíduo sabe, e ele precisa ajustar suas estruturas cognitivas para acomodar esse novo conhecimento. Por exemplo, ao encontrar um animal que se parece com um gato, mas que se comporta de maneira diferente, a criança pode modificar suas estruturas mentais para incluir uma nova categoria de animais.

Piaget também propôs os estágios de desenvolvimento cognitivo, que descrevem como as crianças constroem o conhecimento em diferentes fases da vida, com cada estágio caracterizado por formas de pensamento mais complexas.

### A Teoria de Vygotsky: A Construção Social do Conhecimento

Lev Vygotsky, por sua vez, destacou o papel central da interação social no processo de construção do conhecimento. Para ele, o aprendizado não é apenas o resultado de processos internos, mas sim de interações mediadas com o ambiente social e cultural. Vygotsky propôs o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), que define a distância entre o que o indivíduo consegue fazer sozinho e o que pode fazer com a ajuda de outros.

Na abordagem de Vygotsky:

- O conhecimento é construído com a mediação de figuras como professores e colegas mais experientes, que ajudam o aprendiz a realizar tarefas e entender conceitos que ele não poderia desenvolver sozinho.

- O diálogo e a linguagem são essenciais na construção do conhecimento, pois permitem a troca de ideias e a internalização dos conceitos discutidos. A comunicação promove o avanço cognitivo ao expandir o alcance da compreensão do aprendiz.

Vygotsky também enfatizou o papel da cultura e dos artefatos culturais na formação do conhecimento, sugerindo que o desenvolvimento cognitivo é moldado pelas ferramentas culturais e pelo ambiente em que o indivíduo está inserido.

### Jerome Bruner e a Aprendizagem por Descoberta

Jerome Bruner complementa as teorias de Piaget e Vygotsky ao destacar a importância da aprendizagem por descoberta, na qual o aluno constrói o conhecimento ao explorar e investigar problemas. Para Bruner, os alunos devem ser incentivados a descobrir relações e conceitos por meio de um processo ativo de investigação e experimentação, em vez de receber passivamente as informações do professor.

Os principais conceitos de Bruner incluem:

- **Andamiação:** Um processo no qual o professor fornece suporte temporário para o aluno até que ele seja capaz de realizar uma tarefa de forma autônoma. Esse suporte é gradualmente retirado à medida que o aluno adquire maior independência no processo de aprendizagem.

- **Aprendizagem espiral:** O conhecimento deve ser revisitado em diferentes níveis de complexidade à medida que o aluno progride. Isso permite que os conceitos sejam consolidados de maneira mais profunda, adaptando-se ao nível de desenvolvimento cognitivo do estudante.

Bruner acredita que a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando os alunos são desafiados a pensar e resolver problemas por conta própria, em vez de simplesmente memorizar respostas prontas.

### A Aplicação da Construção do Conhecimento no Ensino

Na prática educacional, a construção do conhecimento requer a criação de um ambiente de aprendizado que promova a exploração, a curiosidade e a autonomia dos alunos. Algumas estratégias para facilitar esse processo incluem:

- **Métodos ativos de ensino:** A adoção de metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos (PBL), estudos de caso e trabalhos colaborativos, ajuda a envolver os alunos em processos investigativos e de solução de problemas, em vez de uma aprendizagem puramente passiva.

- **Mediação docente:** O professor deve atuar como um facilitador, orientando os alunos no processo de descoberta e oferecendo suporte quando necessário. Isso pode envolver a formulação de perguntas instigantes, a promoção de debates em sala de aula e a oferta de feedback construtivo.

- **Interdisciplinaridade:** Integrar diferentes áreas do conhecimento em projetos interdisciplinares permite que os alunos compreendam como os conceitos estão conectados, aplicando o que aprenderam em contextos variados e significativos.

### ATIVIDADES ADEQUADAS E UTILIZAÇÃO DE JOGOS NA APRENDIZAGEM

#### — O jogo e o lúdico como recurso pedagógico

Na busca por respostas sobre como tornar o ensino agradável tanto para os alunos quanto para os professores descobrimos que o uso de jogos bem como de atividades lúdicas, como recursos metodológicos, podem ser a saída para melhorar o processo de ensino/aprendizagem e tornar o trabalho educacional realizado em nossas escolas mais dinâmico e prazeroso. Toda prática pedagógica deve proporcionar alegria aos alunos no processo de aprendizagem<sup>1</sup>.

Existem estudiosos que defendem a utilização de jogos e atividades lúdicas como ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. Para eles, o trabalho utilizando a ludicidade contribui para que haja a interação entre docente e discente.

O lúdico é eminentemente educativo no sentido em que constitui a força impulsora de nossa curiosidade a respeito do mundo e da vida, o princípio de toda descoberta e toda criação. É através do lúdico o sujeito toma consciência do seu meio, de tudo que está a sua volta, estabelecendo relações com esse meio, aprendendo com ele e através dele.

O que a ludicidade traz de novo é o fato de que quando o ser humano age de forma lúdica vivencia uma experiência plena, isto é, ele se envolve profundamente na execução da atividade. Sendo assim, o trabalho utilizando a ludicidade pode contribuir para que o aluno tenha maior interesse pela atividade e se comprometa com sua realização de forma prazerosa.

Os jogos e as brincadeiras são atividades lúdicas que estão presentes em toda atividade humana. Por meio dessas atividades, o indivíduo se socializa, elabora conceitos, formula ideias, estabelece relações lógicas e integra percepções. Essas atividades fazem parte da construção do sujeito.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o

desenvolvimento pessoal, social e cultural, E facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

O lúdico é um recurso pedagógico que pode ser mais utilizado, pois possui componentes do cotidiano e desperta o interesse do educando, que se torna sujeito ativo do processo de construção do conhecimento. Através do lúdico, o professor tem a chance de tornar sua prática pedagógica inovadora, pois além de desenvolver atividades divertidas, o professor pode proporcionar situações de interação entre os alunos melhorando a forma de relacionamentos entre os mesmos.

O uso de jogos educativos com fins pedagógicos, nos leva para situações de ensino-aprendizagem visto que a criança aprende de forma prazerosa e participativa. No que se refere ao aspecto cognitivo, o jogo contribui para que a criança adquira conhecimento e desenvolva habilidades e competências.

Nesse sentido, o professor deve procurar proporcionar situações de aprendizagem motivadoras, de acordo com o nível de desenvolvimento cognitivo do aluno, em atividades que possam desafiar-lo, despertando assim seu interesse pelo que está sendo ensinado em sala de aula. O processo de construção do saber através do jogo como recurso pedagógico ocorre porque, ao participar da ação lúdica, a criança inicialmente estabelece metas, constrói estratégias, planeja, utilizando, assim, o raciocínio e o pensamento.

Essas ações são imprescindíveis para que ocorra, de fato, a aprendizagem. Portanto, o uso de atividades lúdicas como brincadeiras, jogos, músicas, expressão corporal, como prática pedagógica, além de contribuir para o aprendizado dos alunos possibilita ao professor o preparo de aulas mais dinâmicas e interessantes.

Segundo Vygotsky, o brincar relaciona-se ainda com a aprendizagem. Brincar é aprender; na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança aprendizagens mais elaboradas. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido a utilização de jogos e atividades lúdicas, como ferramenta de ensino e facilitadora da aprendizagem, pode contribuir para melhorar a prática pedagógica do professor, despertando o interesse dos alunos pelas atividades desenvolvidas na sala de aula e, na escola de modo geral.

#### — Possibilidades educativas do/no jogo

O jogo como recurso pedagógico tem sido tema de estudos de diferentes autores. Alguns estudiosos salientam que quando o adulto, no caso da educação o professor, criam situações lúdicas com a finalidade de estimular “certos tipos de aprendizagem” dão ao jogo uma dimensão educativa.

O jogo é um instrumento pedagógico muito significativo. No contexto cultural e biológico é uma atividade livre, alegre que engloba uma significação. É de grande valor social, oferecendo inúmeras possibilidades educacionais, pois favorece o desenvolvimento corporal, estimula a vida psíquica e a inteligência, contribui para adaptação ao grupo, preparando a criança para viver em sociedade.

Defende-se a utilização de jogos e atividades lúdicas como ferramenta facilitadora do processo de ensino e aprendizagem. O trabalho utilizando a ludicidade contribui para que haja a interação entre docente e discente.

<sup>1</sup> [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2014/2014\\_uepg\\_ped\\_pdp\\_marcia\\_cristina\\_da\\_silveira\\_kiya.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_ped_pdp_marcia_cristina_da_silveira_kiya.pdf)

O entendimento do jogo como recurso pedagógico passa pela concepção de que, se a escola tem objetivos a atingir e o aluno busca a construção de seu conhecimento, qualquer atividade dirigida e orientada visa a um resultado e possui finalidades pedagógicas. Nesse sentido, o uso do jogo ou de qualquer outra atividade lúdica quando utilizado pelo professor com o intuito de ensinar, de mediar à aprendizagem, pode ser entendido como um recurso pedagógico facilitador que tornará a aprendizagem mais significativa e prazerosa.

Também defende-se a utilização deste recurso como ferramenta de ensino, visto que o jogo está no centro da constituição de uma identidade, e nesse sentido ele é um espaço de aprendizagem. Brincar faz parte do cotidiano da criança. É através da brincadeira, do lúdico que ela toma consciência do seu meio, de tudo que está a sua volta, estabelecendo relações com esse meio, aprendendo com ele e através dele.

O trabalho com jogos, no que se refere ao aspecto cognitivo, visa a contribuir para que as crianças possam adquirir conhecimento e desenvolver suas habilidades e competências. O jogar possibilita a criança desenvolver habilidades cognitivas que lhe permitirão internalizar conceitos e relacioná-los as atividades do seu cotidiano.

A utilização do jogo potencializa a exploração e a construção do conhecimento, por contar com a motivação interna, típica do lúdico. Quando o professor utiliza o jogo como ferramenta de ensino ele contribui para que a criança relacione a aprendizagem a algo prazeroso e isso desperta o interesse da criança por aquilo que está sendo ensinado.

#### — Habilidades desenvolvidas através do jogo

Muitos são os estudos sobre o uso de jogos e de atividades lúdicas de modo geral, como recurso pedagógico facilitador do processo ensino e aprendizagem. No entanto, poucos professores fazem uso desses recursos e os que fazem nem sempre conseguem adaptá-los aos conteúdos a serem trabalhados.

O jogo, para ser utilizado como recurso pedagógico, precisa ser contextualizado significativamente para o aluno por meio da utilização de materiais concretos e da atenção à sua historicidade. Nesse sentido, cabe ao professor identificar as necessidades educacionais de seus alunos e a complexidade dos conteúdos para então poder fazer as adaptações necessárias para que a atividade lúdica ou o jogo possa ser bem explorado, e assim contribua para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

O jogo, enquanto atividade lúdica, além de ser prazeroso pode contribuir para estimular, na criança, diferentes esquemas de conhecimentos que são necessários para que haja a aprendizagem. Muitos aspectos podem ser trabalhados por meio da confecção e da aplicação de jogos selecionados, com objetivos como: aprender a lidar com a ansiedade; refletir sobre limites; estimular a autonomia; desenvolver e aprimorar as funções neurosensoriomotoras; desenvolver a atenção e a concentração; ampliar a elaboração de estratégias; estimular o raciocínio lógico e a criatividade.

É muito instigante o trabalho utilizando os jogos como instrumento pedagógico para a aprendizagem. O uso desse instrumento contribui para que professores tornem suas aulas mais dinâmicas e assim, a aprendizagem se dê de forma mais espontânea.

Para Vygotsky, o lúdico influencia enormemente o desenvolvimento da criança. É através do jogo que a criança aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração.

Piaget também ressalta a importância desse instrumento no desenvolvimento de aspectos cognitivos da criança. Segundo ele, “o jogo é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, pois, ao representar situações imaginárias, a criança tem a possibilidade de desenvolver o pensamento abstrato”. Vygotsky corrobora afirmando que “enquanto brinca a criança concentra sua atenção na atividade em si e não nos resultados e efeitos”.

No entanto, para que o jogo ou qualquer atividade lúdica tenha sentido e função educacional é preciso que o professor tenha claro o que ele pretende com a utilização desses recursos, qual objetivo quer alcançar. Cabe ao educador conhecer a possibilidade da utilização de diferentes recursos pedagógicos com a orientação metodológica de seu trabalho.

Em seu livro *Jogos na Educação: criar, fazer, jogar*, a autora Maria da Glória Lopes cita os objetivos pedagógicos no contexto escolar e clínico que podem ser atingidos através do uso de atividades com jogos. Abaixo, elencaremos os objetivos, segundo a autora, de cunho pedagógico.

Assim, segundo a autora, os objetivos que podem ser atingidos através dos jogos são:

– **Aprimorar a coordenação motora:** algumas crianças apresentam defasagem de coordenação motora fina que acaba influenciando na sua escrita. Alunos com letra a “feia” precisam de atividades que possibilitem desenvolver essa coordenação motora.

Alguns jogos e atividades como dobraduras, colagens, pinturas, desenhos, manipulação de tesouras, etc., possibilitam ao aluno esse exercício motor.

– **Desenvolver a organização espacial:** a desorganização espacial é uma dificuldade apresentada por algumas crianças quando precisam realizar cálculo mental do espaço disponível. Elas são desastradas, caem, esbarram e derrubam tudo.

Também apresentam dificuldades para manter seu material em ordem e não conseguem ordenar fatos em uma sequência lógica dos acontecimentos.

– **Melhorar o controle segmentar:** quando se escreve precisa-se do trabalho somente de uma das mãos e do antebraço. Quando não possui um controle segmentar, a criança força o braço inteiro, os ombros, o pescoço, a mandíbula, a testa e os olhos causando fadiga, tensão e desânimo para a tarefa de escrita.

Atividades como a confecção de jogos, orientados pelo professor, ajudam a criança a aprender a controlar os segmentos de seu corpo.

– **Aumentar a atenção e a concentração:** a falta de atenção e concentração interfere na aprendizagem. Os motivos são muitos, mas o mais comum é a falta de interesse pela atividade proposta.

É preciso motivar e despertar o interesse da criança pela atividade que terá que realizar. É possível exercitar essa habilidade através de atividades que estimulem, gradualmente, o aumento da atenção.

# BIBLIOGRAFIA

## ALMEIDA, GERALDO PEÇANHA DE. NEUROCIÊNCIA E SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. LIVRO CERTO, 2012

O livro *Neurociência e Sequência Didática para a Educação Infantil*, de Geraldo Peçanha de Almeida, publicado em 2012, aborda de forma inovadora a relação entre o funcionamento do cérebro e as práticas pedagógicas voltadas para a primeira infância. O autor explora como os avanços da neurociência podem contribuir para o desenvolvimento de sequências didáticas mais eficazes, considerando o modo como as crianças pequenas aprendem, processam informações e constroem conhecimentos. O foco do livro está na importância de planejar atividades que estejam em sintonia com o desenvolvimento neurológico das crianças, promovendo experiências significativas que favoreçam o aprendizado de forma natural e eficiente.

A neurociência, enquanto campo que estuda o sistema nervoso e suas funções, oferece insights valiosos para a educação, especialmente ao destacar a plasticidade cerebral, ou seja, a capacidade do cérebro de se modificar em resposta às experiências vividas. Essa plasticidade é especialmente intensa nos primeiros anos de vida, período crítico para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais, motoras e sociais. Compreender esses processos é essencial para que educadores possam criar ambientes de aprendizagem que estimulem o potencial das crianças de maneira adequada às suas necessidades e ritmos de desenvolvimento.

O autor defende que a sequência didática deve ser elaborada com base em princípios que considerem o funcionamento do cérebro em diferentes etapas do aprendizado. Isso envolve a organização de atividades de forma progressiva, partindo de conhecimentos prévios das crianças e avançando para novos desafios que estimulem a curiosidade, o interesse e o engajamento. O planejamento de uma sequência didática eficaz inclui momentos de exploração livre, atividades dirigidas, oportunidades de interação social e reflexão sobre o que foi aprendido, respeitando o tempo de atenção e as particularidades de cada criança.

Um dos pontos centrais da obra é a valorização do brincar como uma estratégia pedagógica fundamental. A neurociência comprova que o jogo e a ludicidade não são apenas formas de entretenimento, mas processos complexos que promovem o desenvolvimento de funções cognitivas importantes, como a memória, a atenção, o raciocínio lógico e a linguagem. O brincar favorece ainda o desenvolvimento emocional, permitindo que as crianças experimentem diferentes papéis, expressem sentimentos e aprendam a lidar com desafios de forma criativa. Para o autor, o educador deve atuar como um mediador, criando situações que estimulem o pensamento crítico, a imaginação e a autonomia, sempre em um ambiente afetivo e seguro.

Outro aspecto relevante tratado no livro é a importância das emoções no processo de aprendizagem. O cérebro aprende de forma mais eficiente quando o indivíduo está emocionalmente engajado. A afetividade, o vínculo com o professor e o clima positivo na sala de aula são fatores que influenciam diretamente a motivação para aprender. Experiências prazerosas ativam áreas do cérebro relacionadas à memória e à consolidação do aprendizado, enquanto situações de estresse crônico podem prejudicar o desenvolvimento cognitivo. Por isso, o planejamento das sequências didáticas deve incluir atividades que despertem o interesse e o entusiasmo, promovendo um ambiente acolhedor e estimulante.

O autor também discute a importância da repetição e da revisão de conteúdos, aspectos fundamentais para a consolidação das aprendizagens. A neurociência mostra que o cérebro precisa de múltiplas exposições a um mesmo conteúdo para que ele seja armazenado de forma duradoura na memória de longo prazo. No entanto, essa repetição deve ser feita de maneira criativa e variada, evitando a monotonia e mantendo o interesse da criança. O uso de músicas, jogos, histórias e atividades sensoriais são exemplos de estratégias que permitem a revisão de conceitos de forma lúdica e significativa.

A interação social é outro elemento-chave no processo de aprendizagem, conforme destacado por Almeida. O cérebro humano é social por natureza, e o aprendizado ocorre de forma mais eficaz em contextos que envolvem a troca de ideias, o trabalho em grupo e a colaboração. A interação com pares e adultos proporciona a construção de significados compartilhados, o desenvolvimento da linguagem e a internalização de normas e valores sociais. O autor enfatiza que o professor deve criar oportunidades para que as crianças aprendam umas com as outras, promovendo o diálogo, a escuta ativa e o respeito à diversidade de pensamentos.

No que diz respeito à avaliação da aprendizagem, o livro propõe uma abordagem formativa, centrada no acompanhamento contínuo do desenvolvimento das crianças. A avaliação deve ser integrada ao processo de ensino, permitindo ao educador identificar avanços, dificuldades e potencialidades, e ajustar as práticas pedagógicas de acordo com as necessidades de cada aluno. Em vez de focar em resultados finais, o autor sugere a valorização do processo, observando o progresso das crianças em diferentes dimensões do desenvolvimento.

O autor destaca ainda a importância do papel do educador como facilitador do aprendizado. O professor deve ser sensível às necessidades emocionais e cognitivas das crianças, planejando atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade e a autonomia. A formação continuada dos profissionais da educação é fundamental para que possam incorporar os avanços da neurociência em suas práticas pedagógicas, compreendendo o impacto que suas ações têm no desenvolvimento cerebral e na construção do conhecimento.

Por fim, o livro de Geraldo Peçanha de Almeida contribui significativamente para o debate sobre a integração entre neurociência e educação, oferecendo uma perspectiva que valoriza o potencial das crianças e o papel transformador da escola na primeira infância. O autor defende que o conhecimento sobre o funcionamento do cérebro deve ser uma base para o planejamento didático, permitindo a criação de ambientes de aprendizagem mais ricos, significativos e eficazes. O desafio está em transformar esses conhecimentos em práticas concretas, que respeitem a singularidade de cada criança e promovam o desenvolvimento integral em suas múltiplas dimensões.

**BACICH, L.; MORAN, J. METODOLOGIAS ATIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INOVADORA: UMA ABORDAGEM TEÓRICO PRÁTICA. PORTO ALEGRE: PENSO, 2017**

“Metodologias Ativas para uma Educação Inovadora: uma abordagem teórico-prática” de Lilian Bacich e José Moran apresenta uma reflexão sobre a necessidade de inovação na educação, buscando explorar as possibilidades das metodologias ativas como estratégia para transformar a prática pedagógica.

A obra parte do pressuposto de que a educação deve ser entendida como um processo dinâmico e interativo, capaz de estimular a construção de conhecimentos a partir da experiência e da reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Nesse sentido, os autores defendem a ideia de que as metodologias ativas podem ser uma estratégia eficaz para estimular a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem, incentivando a construção de conhecimentos de forma colaborativa e crítica.

Ao longo da obra, os autores apresentam diversas metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida, a gamificação e o ensino híbrido. A partir dessas metodologias, os autores buscam estimular a reflexão crítica sobre a prática pedagógica e apresentam exemplos práticos de como essas metodologias podem ser implementadas na sala de aula.

Além disso, o livro discute a importância da formação contínua dos professores e da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração e na inovação. Os autores defendem a ideia de que a inovação na educação depende da construção de uma cultura de mudança e da capacidade de os professores experimentarem novas metodologias e práticas pedagógicas.

Esse livro é de suma importância para todos os profissionais da educação que buscam inovar na prática pedagógica, pois os autores apresentam diversas metodologias ativas e buscam estimular a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, além de discutir a importância da formação contínua dos professores e da construção de uma cultura escolar baseada na colaboração e na inovação.

**BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS: EFETIVANDO DIREITOS E APRENDIZAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. SÃO PAULO: FUNDAÇÃO SANTILLANA, 2018**

O documento *Campos de Experiências: Efetivando Direitos e Aprendizagens na Educação Infantil*, publicado pelo Ministério da Educação em 2018, em parceria com a Fundação Santillana, representa um marco importante na consolidação das diretrizes para a Educação Infantil no Brasil. Alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o material busca orientar práticas pedagógicas que promovam o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos, respeitando suas especificidades e assegurando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. O documento propõe uma abordagem centrada na criança como sujeito de direitos, protagonista do processo educativo e ativa na construção do seu próprio conhecimento.

O conceito de Campos de Experiências é fundamental para a compreensão da proposta pedagógica apresentada. Esses campos representam eixos norteadores das práticas educativas, organizados para garantir que as crianças vivenciem situações significativas de aprendizagem, que envolvam o corpo, a mente, as emoções, as relações sociais e o contato com o mundo ao seu redor. Os cinco campos de experiências definidos pela BNCC para a Educação Infantil são: (1) O eu, o outro e o nós; (2) Corpo, gestos e movimentos; (3) Traços, sons, cores e formas; (4) Escuta, fala, pensamento e imaginação; e (5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Cada um desses campos abrange dimensões do desenvolvimento humano, articulando o conhecimento com as vivências cotidianas das crianças.

O campo O eu, o outro e o nós está relacionado à construção da identidade e da autonomia, bem como à compreensão das relações interpessoais. Ele valoriza o convívio, o respeito à diversidade, a empatia e o reconhecimento do outro como sujeito de direitos. As atividades nesse campo buscam promover o desenvolvimento da consciência de si e do outro, por meio de interações que envolvam o cuidado, o compartilhamento e a cooperação. O objetivo é que as crianças aprendam a se expressar, a conviver em grupo e a desenvolver habilidades socioemocionais essenciais para a vida em sociedade.

O campo Corpo, gestos e movimentos destaca a importância do corpo como meio de expressão, comunicação e interação com o ambiente. O movimento é entendido como uma linguagem que permite explorar o espaço, experimentar diferentes possibilidades corporais e desenvolver a coordenação motora, o equilíbrio e a consciência corporal. Brincadeiras, jogos, atividades rítmicas e expressões artísticas são estratégias pedagógicas que favorecem o desenvolvimento motor e cognitivo das crianças, promovendo o prazer do movimento e o conhecimento do próprio corpo.

O campo Traços, sons, cores e formas aborda o desenvolvimento da sensibilidade estética, da criatividade e da capacidade de expressão por meio das linguagens artísticas. A exploração de diferentes materiais, técnicas e suportes permite que as crianças experimentem o desenho, a pintura, a modelagem, a música, a dança e o teatro, desenvolvendo o senso estético e a imaginação. O contato com a arte é fundamental para a ampliação do reper-

tório cultural, estimulando a curiosidade, a experimentação e a valorização das diferentes manifestações artísticas presentes na sociedade.

O campo Escuta, fala, pensamento e imaginação está diretamente relacionado ao desenvolvimento da linguagem oral e escrita, da capacidade de comunicação e do pensamento crítico. A linguagem é entendida como uma ferramenta para a construção do conhecimento, a expressão de ideias, sentimentos e desejos, e a participação em práticas sociais significativas. O estímulo à oralidade, a escuta atenta, a contação de histórias, o contato com livros e o uso de diferentes gêneros textuais contribuem para o desenvolvimento da linguagem em suas múltiplas dimensões, preparando as crianças para o letramento de forma lúdica e contextualizada.

O campo Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações promove a exploração do ambiente natural e social, favorecendo o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e da compreensão de fenômenos científicos. As crianças são incentivadas a observar, investigar, formular hipóteses, estabelecer relações e resolver problemas a partir de situações concretas do cotidiano. A contagem, a classificação, a medição, o uso de noções de tempo e espaço e a experimentação científica são práticas que despertam a curiosidade e o interesse pelo conhecimento do mundo.

O documento destaca que o trabalho pedagógico com os campos de experiências deve ser planejado de forma intencional, considerando as diretrizes curriculares da Educação Infantil, que valorizam o brincar, as interações e a participação ativa das crianças. O brincar é reconhecido como uma atividade fundamental para o desenvolvimento infantil, pois permite a expressão da criatividade, o aprendizado de regras sociais, a elaboração de experiências vividas e o desenvolvimento da autonomia. As interações, por sua vez, são vistas como essenciais para a construção do conhecimento, promovendo a troca de saberes, o diálogo e o respeito à diversidade.

Outro aspecto central é a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, definidos pela BNCC como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos refletem uma concepção de infância que valoriza a criança como sujeito ativo, curioso e capaz de construir conhecimentos a partir das suas experiências. O papel do educador é o de mediador do processo educativo, criando contextos de aprendizagem ricos e desafiadores, que respeitem as especificidades de cada criança e promovam o desenvolvimento integral.

O documento também enfatiza a importância da avaliação formativa na Educação Infantil, entendida como um processo contínuo de observação e documentação das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. A avaliação não tem caráter classificatório, mas busca compreender o percurso de cada criança, identificar avanços, dificuldades e potencialidades, e subsidiar o planejamento pedagógico. O registro de observações, portfólios, narrativas pedagógicas e registros fotográficos são algumas das estratégias que permitem acompanhar o processo de aprendizagem de forma qualitativa.

Além disso, o texto reforça o papel da família e da comunidade na Educação Infantil, destacando a importância da parceria entre a escola e os responsáveis no acompanhamento do desenvolvimento das crianças. O diálogo com as famílias, o respeito

às diferentes culturas e a valorização do contexto social em que a criança está inserida são fundamentais para a construção de práticas pedagógicas significativas e contextualizadas.

Campos de Experiências: Efetivando Direitos e Aprendizagens na Educação Infantil oferece uma contribuição relevante para o aprimoramento das práticas pedagógicas, promovendo uma educação que respeita a criança em sua integralidade e potencializa seu desenvolvimento em todas as dimensões. O documento propõe uma abordagem que articula teoria e prática, orientando educadores a planejar experiências educativas ricas, desafiadoras e significativas, que garantam o direito de aprender e se desenvolver de forma plena na primeira infância.

**EDWARD, CAROLYN; GANDINI, LELLA; FORMAN, GEORGE. AS CEM LINGUAGENS DA CRIANÇA. VOLUME 1: A ABORDAGEM DE REGGIO EMILIA NA EDUCAÇÃO, PORTO ALEGRE: PENSO, 2015**

O livro *As Cem Linguagens da Criança: A Abordagem de Reggio Emilia na Educação*, organizado por Carolyn Edwards, Lella Gandini e George Forman, é uma obra fundamental para compreender uma das mais influentes propostas pedagógicas da Educação Infantil no mundo. Publicado em 2015 pela editora Pense, o volume apresenta a filosofia educacional desenvolvida na cidade de Reggio Emilia, na Itália, após a Segunda Guerra Mundial, sob a liderança do educador Loris Malaguzzi. Essa abordagem revolucionou o entendimento sobre o papel da criança, do educador e do ambiente no processo de aprendizagem, propondo uma visão que valoriza a criatividade, a autonomia e o protagonismo infantil.

O conceito central da obra é o da “criança como sujeito de cem linguagens”, uma metáfora que representa a multiplicidade de formas que as crianças utilizam para se expressar, pensar e aprender. Essas linguagens incluem, além da fala e da escrita, o desenho, a pintura, a escultura, a música, a dança, o teatro, o movimento, a tecnologia e diversas outras formas simbólicas e expressivas. A abordagem de Reggio Emilia defende que a educação deve reconhecer e valorizar essa diversidade de linguagens, oferecendo oportunidades para que as crianças explorem, experimentem e construam conhecimentos de maneira criativa e significativa.

Na perspectiva de Reggio Emilia, a criança é vista como um ser competente, curioso e criativo, capaz de formular hipóteses, investigar o mundo e construir seu próprio aprendizado em interação com o ambiente, os adultos e outras crianças. O papel do educador, portanto, não é o de transmitir conteúdos prontos, mas o de mediador e co-pesquisador, que escuta, observa, documenta e provoca reflexões, criando contextos ricos para o desenvolvimento da aprendizagem. O professor é um facilitador do processo investigativo, valorizando as ideias e os questionamentos das crianças e encorajando-as a aprofundar suas descobertas.

Outro pilar fundamental da abordagem é a importância do ambiente como o “terceiro educador”. Os espaços de aprendizagem em Reggio Emilia são projetados para inspirar, acolher e estimular a curiosidade e a autonomia das crianças. O ambiente é organizado de forma estética e funcional, com materiais acessíveis, áreas para exploração sensorial, espaços de trabalho coleti-

vo e cantos para o desenvolvimento de projetos. A transparência, a iluminação natural, o uso de espelhos e a presença de elementos da natureza criam um ambiente que convida à observação, à experimentação e à interação.

O trabalho em projetos é uma das metodologias mais características da abordagem de Reggio Emilia. Os projetos emergem do interesse das próprias crianças e são desenvolvidos de forma investigativa, permitindo a exploração aprofundada de temas relevantes para o grupo. Esse processo é dinâmico, flexível e colaborativo, envolvendo pesquisa, experimentação, registro e reflexão contínua. O aprendizado acontece por meio da experiência direta, da observação e da documentação do percurso realizado, valorizando tanto o processo quanto o resultado final.

A documentação pedagógica é uma prática essencial na abordagem de Reggio Emilia, servindo como ferramenta para registrar, refletir e compartilhar o processo de aprendizagem das crianças. Fotografias, registros escritos, desenhos, transcrições de falas e produções artísticas fazem parte desse processo, permitindo que educadores, crianças e famílias acompanhem a evolução dos projetos e o desenvolvimento das competências. A documentação não é apenas um registro do que foi feito, mas um recurso que promove a metacognição, ajudando as crianças a refletirem sobre suas próprias aprendizagens e a valorizarem suas conquistas.

O trabalho em equipe e a participação das famílias também são elementos centrais da abordagem de Reggio Emilia. O processo educativo é construído de forma colaborativa, envolvendo educadores, crianças e famílias em um diálogo constante. As famílias são vistas como parceiras ativas na educação dos filhos, contribuindo com suas perspectivas, saberes e experiências. O trabalho em equipe entre os educadores promove a troca de ideias, o planejamento conjunto e a reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

A abordagem de Reggio Emilia valoriza ainda a cultura da infância, reconhecendo as crianças como cidadãos de direito, com voz e participação ativa na sociedade. O respeito à diversidade, à escuta sensível e à valorização das expressões infantis são princípios que norteiam a prática pedagógica, promovendo uma educação que acolhe as singularidades e incentiva o protagonismo das crianças na construção do conhecimento e na transformação do mundo ao seu redor.

O livro apresenta relatos de experiências, reflexões teóricas e exemplos de práticas pedagógicas desenvolvidas em escolas de Reggio Emilia, oferecendo uma visão ampla da aplicação dos princípios dessa abordagem. O texto destaca o papel da arte, da expressão estética e da investigação científica no currículo da Educação Infantil, mostrando como essas dimensões podem ser integradas de forma significativa ao cotidiano escolar.

Ao longo da obra, fica evidente que a abordagem de Reggio Emilia não é um modelo fechado ou prescritivo, mas uma filosofia educacional em constante evolução, que se adapta aos contextos culturais e sociais em que é implementada. O compromisso com a escuta das crianças, o respeito à diversidade de expressões e a valorização do processo de aprendizagem como uma construção coletiva são valores que podem inspirar práticas pedagógicas em diferentes realidades educativas.

As Cem Linguagens da Criança é uma leitura essencial para educadores, gestores e pesquisadores da área da educação, oferecendo uma perspectiva inspiradora sobre o potencial da in-

fância e o papel transformador da escola. A obra nos convida a repensar a relação entre o ensino e a aprendizagem, a valorizar o protagonismo das crianças e a construir ambientes educativos que promovam a criatividade, a curiosidade e a participação ativa no processo de construção do conhecimento.

**FORNEIRO, L.I. – A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. IN. ZABALA, M.A. – QUALIDADE EM EDUCAÇÃO INFANTIL. PORTO ALEGRE: ARTMED, 1998**

O texto *A Organização dos Espaços na Educação Infantil*, de L.I. Forneiro, presente na obra *Qualidade em Educação Infantil* organizada por M.A. Zabala, discute a importância fundamental do espaço físico no processo educativo das crianças pequenas. O autor parte do pressuposto de que o espaço não é um elemento neutro na prática pedagógica, mas um componente ativo que influencia diretamente o desenvolvimento, a autonomia e as interações das crianças. O ambiente é concebido como um “terceiro educador”, ao lado do professor e do próprio grupo de crianças, sendo capaz de potencializar ou limitar as experiências de aprendizagem.

A organização dos espaços na Educação Infantil deve considerar tanto as necessidades físicas quanto emocionais das crianças, promovendo um ambiente seguro, acolhedor e estimulante. Forneiro destaca que um espaço bem planejado favorece o equilíbrio entre o conforto, a funcionalidade e a estética, criando condições para que as crianças explorem, experimentem, descubram e se relacionem de forma autônoma. O ambiente deve convidar à curiosidade, à investigação e à expressão criativa, permitindo a livre circulação e oferecendo oportunidades para atividades diversificadas.

Um dos pontos centrais da análise de Forneiro é a importância da flexibilidade do espaço, que deve ser adaptável às diferentes propostas pedagógicas e às mudanças no interesse das crianças. A disposição dos móveis, a organização dos materiais e a criação de cantos temáticos — como áreas de leitura, de artes, de jogos simbólicos, de experimentação científica, entre outros — são estratégias que permitem uma dinâmica de aprendizagem ativa e diversificada. O espaço deve ser pensado para favorecer tanto atividades individuais quanto coletivas, respeitando os diferentes ritmos e formas de aprendizagem.

O autor também enfatiza o papel do espaço na promoção da autonomia infantil. Ambientes organizados de forma acessível, com materiais ao alcance das crianças, incentivam a tomada de decisões, o cuidado pessoal e a responsabilidade pelo uso e conservação dos recursos. O espaço físico deve ser planejado de modo que as crianças possam se movimentar livremente, escolher suas atividades e organizar seu próprio tempo, o que contribui para o desenvolvimento da autoconfiança e da capacidade de iniciativa.

Outro aspecto relevante abordado por Forneiro é a importância das interações sociais mediadas pelo espaço. O ambiente deve ser um facilitador das relações entre as crianças e entre elas e os adultos, promovendo situações de cooperação, diálogo e trabalho em grupo. A organização dos espaços coletivos, como salas de aula, pátios e refeitórios, deve considerar a criação de contextos que favoreçam o convívio, o respeito mútuo e a cons-

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## Professor Educação Básica I – PEB I

**MEC – BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM – DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS, OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL. O ENSINO FUNDAMENTAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS, LÍNGUA PORTUGUESA MATEMÁTICA, CIÊNCIAS DA NATUREZA, CIÊNCIAS HUMANAS E HISTÓRIA**

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.<sup>1</sup>

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

### Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

### Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

### Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

<sup>1</sup> Fonte: [www.educacaoinfantil.aix.com.br](http://www.educacaoinfantil.aix.com.br)

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.”

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

#### Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

## 1. INTRODUÇÃO

### A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)<sup>3</sup>, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental

e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

### COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

### Os marcos legais que embasam a BNCC

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106.

Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 20178; ênfases adicionadas).

Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

### Os fundamentos pedagógicos da BNCC

#### Foco no desenvolvimento de competências

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35).

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos<sup>10</sup>. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês)<sup>11</sup>, e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol)<sup>12</sup>.

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências.

Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

#### O compromisso com a educação integral

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral<sup>13</sup>. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva.

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

#### O pacto interfederativo e a implementação da BNCC Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e